

Argentina

Pior seca em 50 anos

UM DOS mais ricos celeiros de alimentos e grande produtor de carne bovina do mundo, a Argentina é afligida pela mais grave seca desde 1961, por coincidência quando ocorreu o principal confronto da segunda metade do século 20 entre governo e agricultores. Primeiro exportador mundial de farinha e óleo de soja, quarto de trigo e segundo de milho, o território atingido é grande e equivale a cinco vezes o território da Bélgica, ou seja, 150.000 km², nas províncias de Santa Fé e Entre Rios.

Com volume de chuva de 40% a 60% menor do que em anos anteriores, a Argentina é o principal país do Mercosul a sofrer com a estiagem. A agricultura

e a pecuária do país são os setores mais prejudicados.

Segundo o Departamento de Climatologia do Serviço Meteorológico Nacional, em 2008 choveu 70% a menos que o normal, reduzindo, em média, 20% da área plantada de milho e soja. A produção agrícola, que já teve encolhimento de 35% na safra 2007/08, deverá recuar em mais de 20% na safra 2008/09.

Segundo estimativas das Confederações Rurais Argentinas (CRA), os prejuízos com a seca chegarão a US\$ 4,104 bilhões em 2009. Além da queda de mais de um terço da produção de grãos, a falta de chuvas já provocou a morte de 1,5 milhão de cabeças de gado. As perdas totais geradas

nos quatro principais produtos agrícolas nacionais – trigo, soja, milho e girassol – alcançariam 15 milhões de toneladas.

Diante de dramática situação, a presidente Cristina Fernández de Kirchner criou, em 26 de janeiro último, a Comissão de Emergência Agropecuária Nacional, com a participação de subsecretários federais, ministros de províncias, presidente do Instituto Nacional de Tecnologia Agrícola – Inta, a SAGPyA, do Serviço Meteorológico Nacional, representantes do Banco Nación, dentre outros.

Entre as providências da comissão, consta a adoção de medidas como:

- A prorrogação do pagamento de diversos tipos de impostos, que repre-

Importação de trigo pelo Brasil

Um dos cinco maiores exportadores de trigo do mundo, principal fornecedor para o Brasil, com 7 milhões de toneladas em 2008, a Argentina não conseguirá suprir as necessidades brasileiras, pois vai perder quase 50% da sua colheita de trigo. A produção, de aproximadamente 16 milhões de toneladas na safra anterior, ficará próximo dos 8,3 milhões de toneladas, segundo a Secretaria de Agricultura. A colheita foi finalizada na primeira metade de janeiro.

O país mantém suspensas as permissões para exportação de trigo. É uma prática tradicional para evitar altas de preços de alimentos básicos, como o pão e a farinha no mercado interno. O consumo local de trigo é de cerca de 6 milhões de toneladas anuais.

Quando os indicadores de provisão superarem a matriz de segurança do consumo interno, o Escritório de Controle Comercial Agropecuário (Oncca) aprovará os saldos exportáveis. No momento, não existe um remanescente exportável porque as declarações (de provisão) não chegam a cobrir a demanda interna.

No início de janeiro, a Argentina anunciou que pouco mais de 1 milhão de toneladas de trigo tinham sido liberadas para exportação, após revisar os níveis de estoques. Resta saber quantas toneladas serão bloqueadas, até quando o bloqueio ficará em vigor, ou quando as exportações serão liberadas. E o volume que o governo pretende manter em estoques.

Para 2009, a necessidade brasileira seria de 5 milhões de toneladas, mas a disponibilidade para embarque dos argentinos é de apenas 3,5 milhões toneladas para exportar. Esse volume ainda deve ser repartido entre mais países, além do Brasil. Uma das saídas é uma negociação com os russos para o aumento da cota de importação da carne suína nacional, que, no ano passado, sofreu corte de 50 mil toneladas.

Como um acordo dessa natureza é feito para vários anos, uma recuperação na produção argentina de trigo no próximo ano deixa a negociação com os russos desvantajosa. O preço e os acertos dentro do Mercosul tornam o comércio com o país vizinho mais atraente.

sentará uma perda de receitas de 5 bilhões de pesos, dos quais cerca de 1,5 bilhão será assumido pelos governos das províncias;

- O fornecimento direto e imediato de milhares de toneladas de grãos, para amenizar a mortalidade de reses, principalmente nas regiões do chamado Pampa Úmido;
- A concessão de crédito com taxas baixas para a compra de máquinas agrícolas e as exportações.

Se a longa estiagem se arrasta desde o começo do segundo semestre do ano passado, fazendo com que produtores enfrentem o problema pela segunda vez, para os especialistas o quadro pode perdurar por mais tempo. O motivo é o fenômeno atmosférico conhecido como La Niña, nas correntes do Golfo do México.

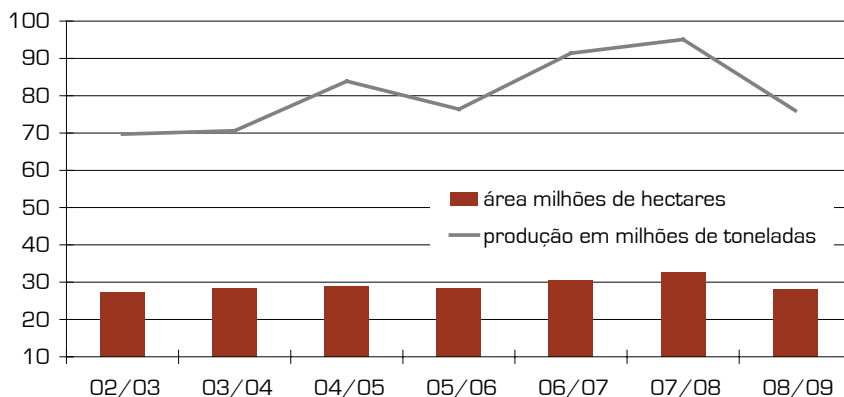
Províncias que haviam solicitado situação de emergência, e receberam auxílio do governo federal, pediram, este ano, novos subsídios. A situação é mais aguda em pelo menos cinco províncias: Entre Ríos, Chaco, Santiago del Estero, Chubut e San Juan. Mas a seca é sentida também em Santa Fé e em extensas áreas da província de Buenos Aires. Na própria capital, a cor amarela ocupa o tradicional verde das plantas.

Nos meio de comunicação aparecem com frequência a cobertura da situação desesperadora dos agricultores e pecuaristas. As medidas de apoio são consideradas insuficientes. Uma das solicitações levadas para a Comissão Nacional de Emergência Agropecuária é de uma indenização de 200 pesos (cerca de 57 euros) por animal morto.

A retomada dos protestos contra o governo pelas quatro maiores associações ruralistas do país (Sociedade Rural, Federação Agrária, Confederações Rurais Argentinas – CRA e a Confederação Intercooperativa Agropecuária – Coninagro) não está fora do cenário. As entidades consideram pesados os impostos aplicados no setor pelo governo.

Apesar de declarar sua intenção de ajudar o campo, o governo não dá sinais de tomar decisões para minimizar as retenções sobre a exportação. Para o Estado os temas são totalmente diferentes. Outra

Argentina: área e produção de grãos



Fonte: SAGPSA. 08/09 estimativa

alegação é de que tal medida apenas beneficiaria os exportadores de soja, com milhões de toneladas guardadas em silos e nas famosas bolsas-silos.

Considerada uma das principais fontes de receitas da Fazenda Nacional, as reten-

ções à exportação (35%) representam o principal ponto de confronto entre o governo de Cristina Kirchner e as organizações agrárias.

Neste ano haverá uma sensível queda nas exportações agrícolas. As previsões são de uma geração de arrecadação tributária substancialmente menor para o governo, que deixaria de arrecadar em 2009 US\$ 3,5 bilhões em comparação ao obtido em 2008.

Por sua vez, a forte queda da produção agrícola terá um forte impacto sobre o crescimento do PIB. O cálculo é que o prejuízo equivaleria a 1% do PIB. Antes da seca, o cálculo dos economistas para o PIB de 2009, na melhor das hipóteses, era de crescimento de 2%. Na pior das hipóteses, teria uma queda de 2%.

O peso da agricultura no PIB da economia passou de 5% para 8,4%, entre 1993 e 2007. No entanto, a importância da agricultura no total das exportações alcança de 20% a 25%.

Para complicar, a crise financeira mundial é uma pedra no sapato para a pretensão dos Kirchner de desenvolverem uma negociação mais cordial com o campo, por meio de medidas para amenizar o impacto da seca. A relação é conflituosa desde o ano passado. A poucos meses das eleições legislativas, é um contexto difícil, pois é quando a Presidência necessita de mais recursos para atender aos pedidos dos governadores provinciais. ■

Rebanho encolhido

Certamente houve uma quebra no ciclo pecuário argentino de cria, cria e abate com a morte de 3% do rebanho, estimado em 50 milhões de cabeças pela Confederação das Cooperativas Agrícolas (Coniagro). Nos próximos anos, a quantidade de ventres paridos das matrizes será menor. Muito difícil para um país onde o consumo de carne por habitante é de 75 quilos ao ano.

Desde maio de 2008 caiu para 25% a quantidade de carne para exportação permitida a cada matadouro. O preço do quilo da carne pago aos pecuaristas há um ano era de 3,60 pesos (US\$ 1,03). Hoje, a remuneração não supera 2,50 pesos (US\$ 0,71). Nesse período, as despesas fixas dos produtores com seus animais aumentaram 40%.

Sem alternativa de curto prazo, os produtores são forçados a levar seus bovinos para o matadouro, para não vê-los morrer no pasto castigado pela seca. O resultado é uma maior pressão na oferta de animais para abate, com redução nos seus preços.